

## **Ataque à escola pública e à democracia:** *notas sobre os projetos em curso no Brasil*

**Attack on public school and democracy:**  
*notes on ongoing projects in Brazil*

**Ataque a la escuela pública y a la democracia:**  
*notas sobre los proyectos en curso en Brasil*

**DIRCE ZAN\***

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

**NORA KRAWCZYK\*\***

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

**RESUMO:** Nos últimos tempos acompanhamos um forte avanço do pensamento conservador no Brasil, expresso de forma mais contundente com o Golpe que ocorreu em 2016. Desde então, o país segue em um ritmo acelerado de desmonte de direitos, de interrupção das políticas sociais anteriormente construídas e de aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais. Como manifestação dessa conjuntura e do avanço do conservadorismo em nosso país, nos propomos aqui tratar de quatro projetos que estão em curso na educação brasileira: o Programa Escola sem Partido, a militarização das escolas públicas, o *Homeschooling* e a inclusão do empreendedorismo como tema importante nos currículos escolares. A análise dessas políticas nos permitirá perceber de que forma essas ideias e propostas crescem em um contexto de fragilização da compreensão da educação como um direito.

---

\* Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é docente do Departamento de Ensino e Práticas Culturais e Diretora da Faculdade de Educação da mesma Universidade. É Presidente do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR). *E-mail:* <dircezan@unicamp.br>.

\*\* Mestre em Educação pela Facultad Latinoamericana em Ciencias Sociales e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Campinas e membro do Grupo de Pesquisa em Política Educacional, Educação e Sociedade (GPPES). *E-mail:* <norak@unicamp.br>.

*Palavras chave:* Conservadorismo. Escola sem partido. Militarização da educação. Ensino domiciliar. Empreendedorismo Brasil.

**ABSTRACT:** In recent times we have seen a strong advance of conservative thinking in Brazil, expressed most decisively with the coup that took place in 2016. Since then, the country has continued to accelerate the dismantling of rights, the interruption of previously built social policies and enhancement of educational and social inequalities. As a manifestation of this conjuncture and the advancement of conservatism in our country, we propose here to address four projects that are underway in Brazilian education: the School Without Party Program, the militarization of public schools, *Homeschooling* and the inclusion of entrepreneurship as an important theme. in school curricula. The analysis of these policies will allow us to understand how these ideas and proposals grow in a context of weakening the understanding of education as a right.

*Keywords:* Conservatism. School without party. Militarization of education. Home schooling. Entrepreneurship Brazil.

**RESUMEN:** En los últimos tiempos, hemos visto un fuerte avance del pensamiento conservador en Brasil, expresado de forma más contundente tras el Golpe ocurrido en 2016. Desde entonces, el desmonte de derechos, la interrupción de las políticas sociales anteriormente construidas y la profundización de las desigualdades educativas y sociales siguen en ritmo acelerado en el país. Como manifestación de esta coyuntura y del avance del conservadurismo en nuestro país, proponemos aquí abordar cuatro proyectos en curso en la educación brasileña: el Programa Escuela Sin Partido; la militarización de las escuelas públicas; la *Educación en el hogar (Homeschooling)*; y la inclusión del espíritu emprendedor como un tema importante en los currículos escolares. El análisis de estas políticas nos permitirá percibir cómo esas ideas y propuestas crecen en un contexto donde la comprensión de la educación como un derecho se debilita.

*Palabras clave:* Conservadurismo. Escuela sin partido. Militarización de la educación. Escuela en casa. Espíritu emprendedor Brasil.

## Introdução

**N**ão podemos entender o que está acontecendo no Brasil se não levarmos em conta que vigora no País um novo tipo de ditadura, que, como afirma o sociólogo espanhol Manuel Castells, tem entre seus pilares a promoção de sucessivos ataques à educação (FERREIRA, 2019).

Acompanhamos o avanço do pensamento conservador pelo mundo que se apresenta de diferentes formas. No caso brasileiro, ele toma maior proporção a partir do Golpe que ocorreu em 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff (presidenta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foi destituída, sem ter sido comprovada nenhuma responsabilização pessoal em qualquer crime de corrupção. Desde então, o País segue em um ritmo acelerado de desmonte de direitos e das políticas sociais anteriormente construídas. Ao mesmo tempo, é possível observar a manifestação crescente de valores conservadores e a ascensão de grupos evangélicos ao poder.

Mas também não podemos entender o que está acontecendo no Brasil, se não o contextualizamos num processo internacional de esvaziamento do poder político dos estados nacionais, transferindo-o para grandes grupos econômicos, com hegemonia do capital financeiro e dos organismos que os representam. Faz-se necessário também considerar a onda conservadora que vem se erguendo em diferentes partes do mundo, e que tem vislumbrado a instituição escolar como importante agente cultural sobre a qual se levantam forças políticas conservadoras, com o objetivo de maior controle sobre ela.

Considerando esse contexto, vamos apresentar a seguir quatro formas de ataque a escola que estão em curso há algum tempo no Brasil: o processo de militarização das escolas públicas; o Programa Escola sem Partido; a legalização do *homeschooling* (ensino domiciliar); e a inclusão do empreendedorismo nos currículos escolares.

## Escolas cívico militares

As escolas militares no Brasil não são uma novidade: fazem parte de nossa história desde os anos de 1889. Nesse período, a intenção era a de garantir a continuidade de estudos para os filhos ou dependentes de oficiais da Polícia Militar (PM) que eram transferidos e necessitavam de maior flexibilidade para conseguir acompanhar o calendário escolar. Essas instituições estavam vinculadas às Forças Armadas e representam, atualmente, um total de 13 unidades. O ingresso nessas escolas se dá, desde então, por seleção entre os filhos de militares cujo currículo é definido pelo Exército. Entretanto, temos presenciado uma crescente presença dos militares na educação nacional, em especial, através de ações recentes na assunção da gestão de escolas públicas brasileiras.

Sob o argumento da necessidade de deter a violência nas escolas e melhorar os índices de rendimento, alguns estados e municípios buscaram diferentes formas de parceria com a PM. Alves, Toschi e Ferreira (ALVES *et al.*, 2018) analisam a experiência do estado de Goiás (GO), que tem se consolidado desde 1998 e difundida como exemplo para outras localidades brasileiras. As autoras apresentam a forma como esse projeto foi-se transformando em uma política, com alguns de seus impactos na rede, tais como a produção de forte diferenciação entre escolas, comprometendo a política de oferta da educação pública como direito de todos e o aprofundamento do controle sobre a gestão dessas instituições.

Nesse modelo de escola, a gestão passa a ser realizada pela PM, além de ter o corpo docente constituído por professores civis e policiais licenciados. De modo geral, são oferecidas, para a gestão dos militares, as escolas em regiões de grande vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Para se estudar nessas escolas, na maioria dos casos, o processo se dá por sorteio de vaga. Atualmente, existem 120 escolas em todo o território nacional, e 50% delas se encontram no estado de Goiás.<sup>1</sup> As demais estão distribuídas nos estados de Roraima, Pará, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Tocantins, Sergipe Piauí e no Distrito Federal.<sup>2</sup>

Nas escolas militarizadas, o cotidiano dos estudantes é profundamente alterado, conforme a matéria já citada do *Le Monde Diplomatique*. O aprendizado passa a ser substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. Exemplo disso está no uso obrigatório de uniforme militar, além da exigência do corte de cabelo para os meninos segundo o padrão militar e a obrigatoriedade de que as meninas mantenham seus cabelos presos. Para as meninas ainda é vetado o esmalte escuro, assim como acessórios muito chamativos. Mascar chiclete, falar palavrão ou se comunicar com gírias também são práticas banidas nessas escolas.

A partir da gestão realizada pela PM que se utiliza de regras próprias da disciplina militar, algumas dessas escolas passaram a apresentar bons índices nas avaliações nacionais expressos, por exemplo, pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Junto a isso, a aprovação de muitos de seus egressos nas instituições de ensino superior do País tem contribuído para difundir certa credibilidade social a esse modelo.

Entretanto, é possível observar que diferentes instituições escolares que atuam de forma não militarizada também obtêm resultados similares ou melhores que as escolas de gestão militar. Pesquisas como a de Seabra (2019) nos apontam que o desempenho escolar está fortemente relacionado às condições sociais e econômicas dos estudantes. Nesse caso, se compararmos o desempenho escolar de estudantes de perfis similares aos das escolas cívico-militares, encontramos, com desempenho igual ou superior a elas, a rede dos institutos técnico federais. Essa rede de escolas públicas é mantida pelo Governo Federal e não possui nenhuma interferência da disciplina militar.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército brasileiro, tem-se ampliado o movimento do Governo Federal para fortalecer a presença dos militares nas

escolas públicas brasileiras. Uma das primeiras iniciativas do presidente, que aponta para sua intenção em fortalecer os princípios reacionários e a disciplina militar nas escolas públicas, se expressa na publicação de Decreto-lei, logo após a sua posse em 2019, autorizando que policiais militares na ativa e bombeiros pudessem atuar na gestão de escolas cívico-militares e como tutores de estudantes. O presidente já declarou através da imprensa ter a intenção de ampliar a experiência do estado de Goiás para todo o Brasil, até o ano de 2023.

Alguns professores têm se colocado contrários a essa iniciativa em seus estados. Demandam maior autonomia e o necessário tratamento social e pedagógico, e não militar, das questões relacionadas à indisciplina ou desempenho escolar dos estudantes.

Miguel Arroyo, professor Emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em entrevista recente à Carta Capital, no dia 12/09/2019<sup>3</sup>, afirmou que o projeto de militarizar as escolas públicas de periferia em nosso país se articula a outras ações desse governo que visam criminalizar a pobreza. Podemos afirmar que temos hoje a confluência do conservadorismo e fundamentalismo numa guerra ideológica pelo protagonismo na formação do “novo homem” brasileiro (BASÍLIO, 2019).

Junto ao processo de militarização das escolas, vivenciamos também um processo de ascensão de religiosos pentecostais na política nacional e na gestão de instituições centrais: “Tornados uma espécie de fiel da balança no tabuleiro eleitoral nacional desde fins dos anos 1990, os pentecostais são hoje parte iniludível do cenário político brasileiro” (BURITY, 2018, 15-66).

Nos últimos três anos, o Brasil está vivenciando a crescente presença de uma “cultura evangélica” que dia a dia tem maior visibilidade em diferentes espaços públicos e privados. Através da aliança com o Governo Federal e da construção de um bloco evangélico no Congresso, essa cultura ganha cada vez mais influência na política educacional do Brasil. Tenta impor-se como um elemento-chave na construção de uma “nova cultura nacional”, estabelecendo padrões de sociabilidade e morais básicos.

A ascensão de uma perspectiva pentecostal na educação, que ganha cada vez mais visibilidade na agenda pública nacional, é possível de ser identificada em diferentes espaços e formas de agir: no interior dos órgãos do Executivo, ocupando os espaços de poder como o Ministério de Educação e o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, defendido pelo próprio presidente em exercício, Jair Messias Bolsonaro; na constituição de um bloco de poder no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, apresentando e defendendo projetos que limitam a autonomia escolar e censuram a diversidade de opinião nas escolas; e mobilizando à sociedade civil através das igrejas fundamentalistas, de uma indústria cultural evangelista e do programa *Escola sem partido*.

## O “Escola sem partido”

O Projeto de Lei denominado *Escola Sem Partido* pretende alterar o Artigo 3º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, particularmente, no que diz respeito “às convicções dos estudantes e dos seus pais, ou responsáveis, tendo os valores da ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa vedada à transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”.<sup>4</sup>

O movimento nasce em 2004, encabeçado pelo advogado Miguel Nagib.<sup>5</sup> No início não foi levado muito a sério, mas logo ganhou espaço nas redes sociais com uma pauta em defesa de uma “escola pública neutra” e “sem marcas ideológicas”. A partir da difusão de um clima de terror entre os pais, seus idealizadores afirmavam que as escolas haviam se tornado um espaço de doutrinação ideológica e de afronta aos padrões morais da família brasileira. O movimento ganhou maior visibilidade a partir de 2014, quando apresentaram um projeto de lei junto à Câmara Federal (ZAN; MAZZA, 2018).

O projeto apresentado naquele momento propunha dar “precedência aos valores de ordem familiar sobre a Educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”, proibir ao Ministério da Educação (MEC) “distribuir livros às escolas públicas que versem sobre orientação à diversidade sexual de crianças e adolescentes” e “proibir a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas” (SEMIS, 2019). Esse projeto inspirou outros 19, que foram apresentados nos estados, e levou à propulsão de projetos similares que tramitavam ou tramitam nos municípios brasileiros.

O projeto da Câmara recebeu parecer técnico do Ministério Público Federal, emitido em 2016, afirmando sua inconstitucionalidade, e foi arquivado em dezembro de 2018. Assim, seus defensores resolveram atacar “pelos bordas” e, ao longo de dois anos, projetos similares foram aprovados em vários municípios brasileiros. Outro projeto, muito similar ao que já tinha sido considerado inconstitucional, voltou a tramitar no Congresso assim que Jair Bolsonaro tomou posse: trata-se do Projeto de Lei (PL 246/2019), que foi apresentado pela deputada Bia Kicis, do Partido Social Liberal – mesmo partido do presidente eleito – representante do estado do Espírito Santo.

Este é um programa que realiza um ataque frontal à escola pública brasileira, sob o pretexto de proteção à família (KRAWCZYK, 2018). Parte de uma primeira ideia de que a escola só deve ensinar cabendo a tarefa de educar, somente à família. Partindo do argumento de que a escola usurpou o direito dos pais sobre a educação moral de seus filhos e atacando o trabalho e identidade do professor enquanto educador, buscaram desqualificá-lo e o denunciam como doutrinador. Os propositores deste programa se pautam pelo princípio avesso à autonomia escolar, à liberdade de pensamento dos professores, à prioridade do conhecimento científico, multicultural e indiscriminatório, e promovem

um clima policialesco” nas escolas, via a delação dos professores pelos estudantes. Frases do tipo “Nenhum estudante é obrigado a confiar no professor” podem ser encontradas no seu site.<sup>6</sup>

Denunciam a presença nas escolas do que denominam de “ideologia de gênero”, para se referir aos estudos que reconhecem que o gênero é uma construção social e que existe uma diversidade de identidades de gênero, que não se restringe à divisão sexual entre homem e mulher. As acusações vão ainda mais longe, incluindo a negação de fatos históricos, de conhecimento científico, de teorias sociais e de intelectuais reconhecidos internacionalmente.

Os defensores do projeto *Escola sem Partido* recorrem a estratégias discursivas fascistas. Não quer dizer que seja um movimento fascista, mas sim que o comportamento remete a ele. O movimento age de três formas: com grupos de pressão nos legislativos; criando um clima de medo nas escolas que está levando a um processo de autocensura dos professores e de relação de tensão entre professores e famílias; e com uma ofensiva aos livros destinados a crianças e adolescentes.

Esse “projeto” ainda não aprovado no âmbito federal, já tem produzido os efeitos esperados por seus idealizadores: a “fiscalização” e censura do ensino nas escolas por parte de famílias, mídias e parlamentares.<sup>7</sup> Denúncias que não se restringem a valores homofônicos, mas que atingem todo o conhecimento científico, tais como a física quântica, sendo denunciada como instrumento ideológico.<sup>8</sup>

É importante destacar que ele busca fragilizar o poder não só da escola – o poder dos professores – na educação das novas gerações, mas também o poder do Estado sobre a escola pública. Os partidos de extrema direita e os movimentos fundamentalistas em diferentes países aproveitam essa conjuntura e se juntam no ataque à escola pública. Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que os retrocessos nesse campo se vinculam diretamente ao contexto de fragilidade democrática. Contexto que expressa o enfraquecimento dos “vários e diferentes aspectos daquilo que pode ser considerado público, assim entendidos os espaços, políticas e instituições de Estado, voltados a promover a solidariedade social, a reduzir as desigualdades e a fornecer proteção contra as incertezas, especialmente as incertezas engendradas pelas economias de mercado” (KERSTENETZKY, 2018, p. 19).

Entre as consequências de tais ações e, em especial, do *Escola sem Partido* temos a perda de um convívio democrático entre iguais e diferentes, de um espaço onde prime a racionalidade científica e secular, além da exacerbação de um sentimento de medo e perseguição aos professores. O mais grave é que tem dominado o debate educacional num contexto no qual existem inúmeras prioridades que não estão em evidência – ou melhor, que estão sendo ofuscadas por esse debate. Desvia-se a atenção das questões realmente educacionais, criminalizando o ensino.

## Ensino domiciliar

Também a defesa do *homeschooling* (ensino domiciliar) chega ao Brasil como uma modalidade de ensino em que os pais ou tutores responsáveis assumem o papel do professor, retirando a centralidade do processo de ensino das escolas. Esse programa, como o anterior, é defendido sob o argumento de que é um direito dos pais escolherem a educação de seus filhos.

O movimento em defesa da educação domiciliar surgiu nos EUA, através de grupos religiosos norte-americanos, e tem forte apoio econômico em grupos de extrema direita daquele país. Também no Brasil o ensino domiciliar tem um forte apoio de grupos de extrema direita, tal como o Movimento Brasil Livre (MBL), que também defende o projeto *Escola sem Partido*.

A legalização do *homeschooling* é uma histórica agenda de grupos religiosos também no Brasil e é abraçada por outros grupos que questionam o formato escolar como ultrapassado ou que, simplesmente, não responde às necessidades de algumas crianças. Um Projeto de Lei foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro poucos meses após assumir o Governo e conta com o apoio de grupos conservadores e religiosos-fundamentalistas. Foi promessa na sua campanha eleitoral e é também uma das prioridades do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos.

O projeto de lei altera o que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ainda que não tenha sua prática legalizada no Brasil, devido à falta de votação no Congresso Nacional, programas de TV, blogs, portais e revistas de grande circulação (principalmente para o público feminino) têm pautado o tema e defendido sua aprovação.

Enquanto isso, a ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos tem se empenhado em promover o ensino domiciliar de diferentes maneiras. Além de afirmar constantemente o direito da família de educar seus filhos orienta que os casos de ensino domiciliar não sejam considerados como abandono intelectual e que os conselhos tutelares<sup>9</sup> de todo o País deixem de registrar casos de *homeschooling* como abandono escolar, enquanto o Projeto estiver em tramitação.

Existem pressões dos setores que defendem sua legalização para que se destinem recursos públicos, através de *voucher* (bônus) para as famílias que decidem pela educação domiciliar para seus filhos. Editoras já estão produzindo material de apoio para os pais e material didático para educação domiciliar<sup>10</sup> e algumas escolas particulares de elite oferecem parte de sua grade curricular a distância que, obviamente, poderá ser realizada fora da escola (KRAWCZYK, 2019).

É interessante perceber a rede de realimentação criada entre os diferentes grupos econômicos e ideológicos. Neste caso, cada vez aparecem mais acoplados os interesses da educação a distância os argumentos e defesa do ensino domiciliar.

Os defensores da legalização do ensino domiciliar se apoiam no direito de as famílias escolherem a educação de seus filhos. A partir do questionamento ao modelo escolar e/ou ao monopólio do Estado na formação das crianças e jovens, defendem que a escola não é imprescindível para que seus filhos apreendam os conhecimentos por ela transmitidos. Além disso, o estudo em casa protegeria as crianças e jovens de ambientes escolares perigosos (*bullying*, drogas, sexualidade precoce) e garantiria melhores condições para conservar valores morais, culturais, ideológicos e religiosos das famílias. A proposta do estudo em casa também é sedutora por viabilizar a flexibilização do currículo, dos horários e a experimentação de outras formas de aprendizagem que se adaptem melhor ao desenvolvimento de cada um. O movimento de educação domiciliar, afirma Apple, "... reflete o crescimento da consciência privatizada em outras áreas da sociedade. Oferece uma "zona de segurança tanto física quanto ideológica" (APPLE, 2003, p. 217).

Na primeira página do site *Homeschooling* Brasil aparece a seguinte colocação:

"é importante entender que o *Homeschooling* não é um conceito novo. Antigamente, como a prioridade dos pais era a subsistência, o ofício ensinado para a criança seguia a tradição familiar. Assim, se o pai era carpinteiro, ensinava o filho como utilizar a madeira; se era fazendeiro, instruía na administração da fazenda. Em algumas famílias mais ricas, as habilidades de leitura, escrita, conhecimentos de história e os saberes acadêmicos também faziam parte da instrução dos filhos".

Entendemos que o ensino domiciliar, além de promover o alargamento das desigualdades educacionais e comprometer a socialização dos estudantes, compromete o papel da escola pública como o único espaço cultural, sob responsabilidade do Estado, na constituição de uma sociedade democrática.

## Empreendedorismo

Nas últimas décadas, o significado de empreendedorismo, originado no âmbito da economia, vem sendo ampliado pelas contribuições da psicologia, da sociologia econômica e da administração de empresas.

O conceito começa a ser utilizado no século XX, a partir da década de 1950, pelo economista austríaco Joseph Schumpeter, que considerava, entre outras coisas, as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista. Para o autor, a inovação (em oposição à tradição) é o elemento dinâmico da economia, conseqüentemente o papel do empreendedor é fundamental na promoção do desenvolvimento econômico: "o empresário inovador é um tipo específico de agente, diferente do mero capitalista, pois ele

decide racionalmente com base em valores (inovação), mas que também é guiado pela paixão (desejos e conquistas) e é, necessariamente, um líder” (BRAGA MARTES, 2010).<sup>11</sup>

Na área da administração moderna, o empreendedor, em contraposição ao perfil pragmático, é aquele que busca oportunidades e seu êxito está no conhecimento dos riscos envolvidos e nas possibilidades de eliminá-los (DRUCKER, 1970, *apud*. GIOVANNI; NOGUEIRA, 2013).

Esse conceito se aplica hoje tanto ao setor privado quanto ao setor público, tanto para uma organização, para um grupo de pessoas quanto para um indivíduo. Existe quase uma relação simbiótica entre empreendedorismos, inovação, êxito e felicidade. É considerado como um dos principais atributos que a escola deve levar em conta na formação dos estudantes, isto é qualificá-los para inovar e transformar sua própria vida.

Desde os documentos curriculares dos anos de 1990, quando se abriu a possibilidade de inserção de temáticas contemporâneas para o currículo dos cursos de ensino médio, é possível observar a forte presença do empreendedorismo como um dos temas escolhidos para integrar os currículos brasileiros. A ofensiva se expressou em Projeto de Lei 772 de 2015, de autoria do senador José Agripino (DEM/RN), que tem como objetivo alterar o currículo da educação básica nacional e inserir o empreendedorismo como matéria obrigatória. O projeto foi arquivado, mas nos alerta para a forte articulação em torno do tema<sup>12</sup>.

Hoje vivenciamos a transposição do atributo do empreendedor do âmbito do desenvolvimento econômico e do comportamento empresarial para o âmbito educacional, transformando-o numa competência a ser incentivada entre os estudantes e organizadora de muitas das propostas educacionais, fortemente citada nas recomendações dos organismos internacionais e discursos oficiais, hoje em curso no Brasil. Considera-se importante que o jovem se pense como um empresário de si mesmo e possa construir seu projeto de vida. Que o jovem se torne uma pessoa autônoma, criativa e empreendedora. Que compreenda que se precisa de esforço e de boas escolhas para conseguir o que se deseja.

“O empreendedorismo é uma forma mistificadora que imagina poder eliminar o desemprego, em uma sociedade que é incapaz de preservar o trabalho digno com direitos”. Mistifica-se o processo de mutação do mundo do trabalho e a “expansão trágica de um mosaico de trabalhos: os intermitentes, os flexíveis, os temporários, os informais” (ANTUNES, 2019).

A presença do empreendedorismo nas nossas escolas é uma resposta do mercado de trabalho para a juventude no sentido de atribuir a ela a responsabilidade por sua inserção no processo produtivo. Apresenta-se, portanto, como uma alternativa para que o jovem “aprenda” a se incorporar ao circuito econômico com formas alternativas ao mercado formal de trabalho. Transforma-se um conjunto de recomendações comportamentais e de ensino de valores em um componente curricular.

Segundo López-Ruiz (2007), o empreendedorismo é estimulado hoje não apenas pela dificuldade de encontrar emprego, mas porque começa a ser entendido como a

possibilidade de incentivar uma mudança cultural que gere a possibilidade de novos nichos de mercado. Novos sujeitos empreendedores-inovadores que a seu tempo ofereçam oportunidades de investimento do mercado e de novas oportunidades de geração de lucros, tentando diminuir os riscos do excesso de liquidez produzido pela financeirização da economia e a destruição da produção industrial e para que o capitalismo continue se desenvolvendo. Apresentando-se assim como um novo modelo de desenvolvimento.

Também, e não menos importante, o ensino do empreendedorismo nas escolas (públicas e privadas) transformou-se numa indústria do empreendedorismo na educação que compreende, entre outras formas de lucro, serviços de consultoria (antes voltados exclusivamente a empresas), material didático, propostas curriculares e venda de palestras. “Com falsas promessas de uma prosperidade fácil e com receitas rápidas baseadas em ideias de senso comum, estes empreendedores recorrem a um discurso emocional em estilo de autoajuda” (CAMPOS; SOEIRO, 2016; SEESP, 2017).

O bordão “empresário de si mesmo” resume uma atitude, um espírito e um modo de ser do indivíduo, supostamente capazes de resolver aqueles problemas que possam lhe impedir de ser um ganhador, uma pessoa exitosa. Com uma retórica de liberdade e autonomia individual, a narrativa do empreendedorismo tem o efeito político de fazer com que cada um se sinta o responsável único pela sua situação.

É a expressão de uma mudança sociocultural, que tenta se impor: “empresariamento” da escola pública e dos estudantes, da sociedade, do Estado. A apologia da empresa de forma generalizada para todos os espaços e comportamentos torna o empresário uma figura emblemática e modelo a seguir pela juventude, o que serve para reforçar a ideologia meritocrática. O “empresário” aparece, dessa forma, como “um herói da moderna vida empresarial”<sup>13</sup>, isto é, que teve êxito na vida através de seu esforço, da sua capacidade de planejar e de prever novas situações. Pessoa de êxito porque teve um sonho e o realizou. Essa ideia descaracteriza o papel social da escola e da formação de um jovem autônomo. A verdadeira autonomia só se conquista através de uma formação integral, que permita ao jovem compreender a sociedade contemporânea de forma crítica. Só assim ele poderá, de fato, enfrentar os problemas que a vida colocará em seu caminho e exercer uma verdadeira cidadania.

A formação de uma cultura empreendedora faz parte de um projeto empresarial de educação pública e de formação, que sublima o esforço individual e o investimento no futuro em detrimento da satisfação do presente, num mundo “dado como dado”, no qual não entra a compreensão crítica capaz de transformá-lo. O “empreendedor” aparece cada vez mais como substituto do “cidadão” enquanto figura de referência da ordem social. Onde o cidadão se construía a partir de uma vontade comum, de escolhas coletivas e do “bem público”, o empreendedor edifica-se segundo o princípio único da competição individual.

## Considerações finais

Os projetos de escola e/ou ensino até aqui analisados (escolas militarizadas, *Escola sem Partido*, ensino domiciliar e empreendedorismo) compartilham da ideia de retirar o poder da escola – o poder dos professores – com relação à educação emancipatória das novas gerações, mas também do intuito de restringir o poder do Estado sobre a escola pública. Tanto os partidos de extrema direita e os movimentos fundamentalistas, quanto setores da sociedade profundamente individualistas em diferentes países aproveitam essa conjuntura e se juntam no ataque à escola pública.

Assim, esses projetos nos deparam como novas formas de produção da desigualdade educativa, acentuando-a sobremaneira. Para isso é preciso destacar que as políticas de privação de uma formação crítica – militarização e *Escola sem partido* – estão focadas exclusivamente nas escolas públicas. A justificativa é claramente discriminatória: no primeiro caso a disciplina militar e repressiva é necessária nas regiões consideradas de alta vulnerabilidade social, no segundo caso, as famílias estão protegidas nas escolas particulares e/ou no ensino domiciliar porque elas escolhem onde e o que seus filhos vão apreender.

A falácia do empreendedorismo – ancorada na possibilidade de atingir o sucesso através de um conjunto de estratégias comportamentais – sem dúvida facilita a responsabilização única no indivíduo sobre seu futuro, legitimando um conjunto pequeno de jovens ganhadores e justifica a grande massa de perdedores, sem considerar o mercado altamente competitivo, desregulado e cada vez com menores oportunidades laborais.

É um processo acelerado de aumento das desigualdades pela desobrigação do estado e destruição da escola pública, que dia a dia mostra novas facetas. Em novembro de 2019, por exemplo, o Governo Federal propôs eximir o poder público da responsabilidade de construir escolas para reduzir a desigualdade regional, promovendo explicitamente a política de bônus (conhecida como *voucher* nos EUA): o financiamento escolas particulares de diferentes qualidades, objetivos e público alvo<sup>14</sup>.

A destruição dos espaços públicos e a apropriação da educação escolar por interesses particulares – ideológicos e econômicos – são dimensões do processo regressivo das conquistas sociais adquiridas ao longo de décadas e que estamos vendo serem destruídas num abrir e fechar de olhos, produzindo nem mais nem menos que a precarização e a desagregação da sociedade brasileira.

Em meio a esse processo, as pequenas conquistas democráticas obtidas pela sociedade brasileira desde a promulgação da Constituição cidadã em 1988 correm sérios riscos. Os efeitos da crise econômica mundial de 2008 e o avanço do ideário conservador e reacionário em nosso país – fenômeno que se verifica até mesmo em outras sociedades tidas como modernas e democráticas – contribuíram para o retrocesso político do Brasil nos últimos anos, o que culminou na eleição de um governo de perfil autoritário e profundamente comprometido com a agenda neoliberal no plano econômico.

Ao mesmo tempo, é possível observar diferentes movimentos na tentativa de barrar o retrocesso social e político em que o atual Governo teima em nos colocar. Como nos lembra Magalhães (2019), “assim como em 1968 não se resumiu ao Ato Institucional número 5, sendo também a época de confrontos destemidos contra a ditadura, milhões de brasileiros foram à luta em 2018 contra o obscurantismo. Suas batalhas constituíram passagens comoventes.” E nessas passagens, destacamos a importância do levante educacional que pudemos acompanhar no mês de maio de 2019. Entendemos que as estudantes e os estudantes, as professoras e os professores têm um papel central na luta cotidiana para que consigamos reverter esse cenário. É no estudo de problemas cotidianos e na problematização de temas que tem nos atingido que poderemos fortalecer e recolocar a escola pública. Recolocar a escola pública como instituição não apenas destinada a formar gerações, mas capaz de contribuir para a superação da exclusão social, para a redução das desigualdades e, por fim, para aprofundar a democratização da sociedade brasileira.

*Recebido em: 07/11/2-19 e Aprovado em: 11/12/2019*

## Notas

- 1 <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/escolas-militares-e-colegios-civis-com-mesmo-perfil-tem-desempenho-similar.shtml?loggedpaywall>; <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/escolas-militares-em-goias-modelo-colhe-bons-frutos/> (Acessados em 14 de setembro de 2019).
- 2 Dados de 2018 obtidos através do site: <https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas/>
- 3 <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>
- 4 Lei de diretrizes e Bases (LDB), Câmara de Deputados, Brasília, 2016 file:///C:/Users/User.DESKTOP-G804SO5/Downloads/ldb\_13ed.pdf
- 5 O advogado Nagib declarou em audiência pública ter se inspirado no código de consumidor que pretende proteger os mais fracos. No caso do *Escola sem partido* é a proteção das famílias frente à escola e os professores (Audiência Pública no Senado Federal, 01/09/2016).
- 6 <http://www.escolasempartido.org>
- 7 Enquanto finalizamos esse artigo, tomamos conhecimento de nova investida do Governo Federal no sentido de criminalizar os professores e difundir pânico na sociedade sobre possíveis ataques que as escolas estejam promovendo aos “valores familiares”. A ministra dos Direitos Humanos, Damare Alves, anunciou na Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais que, até o final desse ano de 2019, o Governo Federal criará um canal para que pais de alunos possam reclamar de professores que durante as aulas atentem “contra a moral, a religião e a ética das famílias!”. ([www.educacao.estadao.com.br](http://www.educacao.estadao.com.br) Acessado em 20 de novembro de 2019)
- 8 <https://jornalggn.com.br/noticia/instituto-liberal-denuncia-a-fisica-quantica-como-instrumento-marxista/>
- 9 Os conselhos tutelares são órgãos constituídos em todos os municípios brasileiros para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

- 10 <https://homeschoolingbrasil.info/material-didatico-para-homeschooling/>
- 11 Não pretendemos aqui desenvolver o papel que Schumpeter outorga ao empreendedor na ação econômica no desenvolvimento capitalista, só explicitar alguns enunciados importantes para a compreensão do uso do conceito no âmbito educacional.
- 12 <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124353>
- 13 Disciplina de empreendedorismo. Manual do aluno. Unesp/Sebrae/Banco Real. Maio, 2007, p. 2.
- 14 Proposta na PEC do Pacto Federativo, novembro, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/pec-de-bolsonaro-e-guedes-desobriga-poder-publico-de-construir-escolas.shtml>

## Referências

- ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra e FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Revista Retratos de Escola**, CNTE: Brasília, v. 12, n. 23, pp. 271-287 jul/out 2018.
- APPLE Michael. **Educando à direita**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.
- BASILIO, Ana L. Entrevista a Miguel Arroyo: escolas militarizadas criminalizam infâncias populares. **Carta Capital**, 12 de setembro de 2019. Acesso em: 05/11/2019
- BRAGA MARTES, Ana Cristina. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista Economia e Política**, São Paulo, v.30 n.2, pp. 254-270, abr./jun. 2010.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? Pp. 15-66. In: TONIO, R.; ALMEIDA, R. (Orgs.). **Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- CAMPOS, Adriano; SOEIRO José: **A falácia do empreendedorismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.
- FERREIRA Paula. Entrevista a Manuel Castells: “você estão vivendo um novo tipo de ditadura”. **Jornal O Globo** [online], 17/07/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/voces-estao-vivendo-um-novo-tipo-de-ditadura-diz-sociologo-manuel-castells-23812733>. Acessado em: 28/10/2019.
- KERSTENETZKY, Célia. Ainda há lugar para o Estado Social? In: KRAWCZYK, Nora (org.). **Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: FE/UNICAMP; Uberlândia: Navegando, 2018.
- KRAWCZYK, Nora. Quando tudo for privado, seremos privados de tudo. Pp. 83-93. In: MENZES M. *et al.* (Orgs.). **Direitos Humanos em Debate**. Porto Alegre: CIRKULA, 2019.
- KRAWCZYK, Nora. Introdução. Pp. 11-15. In: KRAWCZYK, Nora (Org). **Escola Pública: tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: FE/Unicamp; Uberlândia: Editora Navegando, 2018.
- MAGALHÃES, Mário. **Sobre Lutas e Lágrimas: uma biografia de 2018**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SEABRA, Teresa. Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais. **Revista Sociologia: Problemas e Práticas**, [online], n.59, pp. 75-106, 2009.
- SEESP. **Plano Estadual de Educação Empreendedora (PEEE)**, 2017.
- SEMIS, Lais. Entenda o novo projeto do Escola Sem Partido que tramita na Câmara. **Nova Escola**, 18 de fevereiro de 2019.
- ZAN, Dirce; MAZZA, Débora. Escola sem Partido? É possível? **Jornal da Unicamp**, Campinas, 05 de dezembro de 2018.